

Tempestade Leslie causou 38 milhões de prejuízos na Figueira da Foz

A Câmara da Figueira da Foz atualizou hoje a estimativa de prejuízos decorrentes da tempestade Leslie para os 38 milhões de euros, com mais de mil casas afetadas e problemas em 120 edifícios públicos.

Intervindo hoje na reunião do executivo, o vice-presidente Carlos Monteiro (PS) situou em 38 milhões de euros os prejuízos acumulados no concelho, o mais afetado pela tempestade de 13 de outubro.

“Os senhores não têm a noção do que aconteceu. Temos mais de mil casas com problemas, mais de cem coletividades com problemas e todos os edifícios municipais. São 38 milhões de danos avaliados até hoje, para se reparar é preciso tempo”, afirmou o autarca socialista.

Já a vereadora Ana Carvalho precisou que foram afetados 120 edifícios públicos e que a autarquia teve de definir “prioridades” de intervenção, nos dias seguintes à tempestade.

Ana Carvalho indicou ainda que foram afetados 81 equipamentos e edifícios de juntas de freguesia, 18 equipamentos religiosos, 45 instituições particulares de solidariedade social, 38 associações culturais e dez desportivas, existindo ainda “milhares de viaturas” que não foram contabilizadas nos prejuízos no município.

Acrescentou que a autarquia visitou 900 casas afetadas pela intempérie, “fora aquelas em que os particulares resolveram os seus problemas”, e, nessas, avaliou “60 situações muito urgentes de carência económica”. “Destas 900, 30 terão de ser intervencionadas por nós”, frisou Ana Carvalho.

Antes, o presidente da autarquia, João Ataíde, tinha estimado em 3,4 milhões de euros os danos em infraestruturas municipais, mas também em equipamentos público não municipais, alegando ainda existir um “grave problema” com as associações e equipamentos recreativos e desportivos.

João Ataíde disse ainda que a autarquia procedeu a uma “revisão de opções” no

orçamento municipal para poder “encaixar o esforço” de investimento decorrente da tempestade Leslie.

O autarca lembrou ainda os danos em áreas agrícolas e florestais, empresas e em habitações “gravemente lesadas”, lembrando que o município procedeu a um levantamento, já concluído, para acudir “a todos os cidadãos que tenham reconhecidas carências económicas e não tenham condições de habitabilidade”.